

COORD.DE EXECUCAO CONTRATUAL E APLIC. DIRETA

Termo de Referência 1/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2025	130255-COORD.DE EXECUCAO CONTRATUAL E APLIC. DIRETA	RODRIGO DE LIRA VARELA RODRIGUES	09/12/2025 20:02 (v 0.27)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	1/2025	21000.042507/2025-77

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de máquinas pesadas, por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP, nos termos da tabela 1 abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Região	Descrição	CATMAT	Unidade	Quantidade	Média da unidade	Valor médio total estimado
1	Centro- Oeste	Retroescavadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, 04 cilindros, cilindrada de 4 litros; Potência bruta mínima 85 HP e; Peso operacional mínimo de 7.600 Kg; Tração nas 04 rodas (4x4); Transmissão com no mínimo 04 marchas sincronizadas a frente e mínimo de 03 a ré, com conversor de torque; Freios de serviço em banho de óleo, freio de estacionamento através de alavanca; Caçamba mínima de 0,20m³, frontal com capacidade mínima de 1m³, com dentes; Tanque de combustível de no mínimo 150 litros; direção hidrostática /hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	632303	Unidade	200	R\$ 413.396,82	R\$ 82.679.364,00
		Retroescavadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, 04 cilindros, cilindrada de 4 litros; Potência bruta mínima 85 HP e; Peso operacional mínimo de 7.600 Kg; Tração nas 04 rodas (4x4); Transmissão com no mínimo 04 marchas sincronizadas a					

2	Nordeste	frente e mínimo de 03 a ré, com conversor de torque; Freios de serviço em banho de óleo, freio de estacionamento através de alavanca; Caçamba mínima de 0,20m³, frontal com capacidade mínima de 1m³, com dentes; Tanque de combustível de no mínimo 150 litros; direção hidrostática /hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	632303	Unidade	360	R\$ 391.348,37	R\$ 140.885.413,20
3	Norte	Retroescavadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, 04 cilindros, cilindrada de 4 litros; Potência bruta mínima 85 HP e; Peso operacional mínimo de 7.600 Kg; Tração nas 04 rodas (4x4); Transmissão com no mínimo 04 marchas sincronizadas a frente e mínimo de 03 a ré, com conversor de torque; Freios de serviço em banho de óleo, freio de estacionamento através de alavanca; Caçamba mínima de 0,20m³, frontal com capacidade mínima de 1m³, com dentes; Tanque de combustível de no mínimo 150 litros; direção hidrostática /hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	632303	Unidade	380	R\$ 423.435,97	R\$ 160.905.668,60
4	Sudeste	Retroescavadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, 04 cilindros, cilindrada de 4 litros; Potência bruta mínima 85 HP e; Peso operacional mínimo de 7.600 Kg; Tração nas 04 rodas (4x4); Transmissão com no mínimo 04 marchas sincronizadas a frente e mínimo de 03 a ré, com conversor de torque; Freios de serviço em banho de óleo, freio de estacionamento através de alavanca; Caçamba mínima de 0,20m³, frontal com capacidade mínima de 1m³, com dentes; Tanque de combustível de no mínimo 150 litros; direção hidrostática /hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	632303	Unidade	140	R\$ 375.474,90	R\$ 52.566.486,00
		Retroescavadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, 04 cilindros, cilindrada de 4 litros; Potência bruta mínima 85 HP e; Peso operacional mínimo de 7.600 Kg; Tração nas 04 rodas (4x4); Transmissão com no mínimo 04 marchas sincronizadas a frente e mínimo de 03 a ré, com conversor de torque;					

5	Sul	Freios de serviço em banho de óleo, freio de estacionamento através de alavanca; Caçamba mínima de 0,20m³, frontal com capacidade mínima de 1m³, com dentes; Tanque de combustível de no mínimo 150 litros; direção hidrostática /hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	632303	Unidade	120	R\$ 387.506,84	R\$ 46.500.820,80
Subtotal dos itens de Retroescavadeira							R\$ 483.537.752,60
6	Centro- Oeste	Pá-Carregadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, Potência de no mínimo: 125 HP com RPM de 2200; Peso operacional mínimo 10.000 kg; Capacidade da caçamba mínima 2m³ com dentes; Força de desagregação de no mínimo 100 kN; Tanque de combustível mínimo 180 litros; Direção hidrostática /hidráulica; Alarme de ré sonoro; Retrovisor; Limpador de para-brisas; Faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; Cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	633634	Unidade	200	R\$ 518.982,30	R\$ 103.796.460,00
7	Nordeste	Pá-Carregadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, Potência de no mínimo: 125 HP com RPM de 2200; Peso operacional mínimo 10.000 kg; Capacidade da caçamba mínima 2m³ com dentes; Força de desagregação de no mínimo 100 kN; Tanque de combustível mínimo 180 litros; Direção hidrostática /hidráulica; Alarme de ré sonoro; Retrovisor; Limpador de para-brisas; Faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; Cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	633634	Unidade	360	R\$ 478.509,88	R\$ 172.263.556,80
8	Norte	Pá-Carregadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, Potência de no mínimo: 125 HP com RPM de 2200; Peso operacional mínimo 10.000 kg; Capacidade da caçamba mínima 2m³ com dentes; Força de desagregação de no mínimo 100 kN; Tanque de combustível mínimo 180 litros; Direção hidrostática /hidráulica; Alarme de ré sonoro; Retrovisor; Limpador de para-brisas; Faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; Cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	633634	Unidade	380	R\$ 495.821,97	R\$ 188.412.348,60
		Pá-Carregadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, Potência de no mínimo: 125 HP com RPM de 2200; Peso operacional mínimo 10.000 kg; Capacidade da caçamba mínima 2m³ com dentes; Força de desagregação					

9	Sudeste	de no mínimo 100 kN; Tanque de combustível mínimo 180 litros; Direção hidrostática /hidráulica; Alarme de ré sonoro; Retrovisor; Limpador de para-brisas; Faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; Cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	633634	Unidade	140	R\$ 380.394,17	R\$ 53.255.183,80
10	Sul	Pá-Carregadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel/Biodiesel, Potência de no mínimo: 125 HP com RPM de 2200; Peso operacional mínimo 10.000 kg; Capacidade da caçamba mínima 2m³ com dentes; Força de desagregação de no mínimo 100 kN; Tanque de combustível mínimo 180 litros; Direção hidrostática /hidráulica; Alarme de ré sonoro; Retrovisor; Limpador de para-brisas; Faróis dianteiros e traseiros; Horímetro; Cinto de segurança; Garantia de no mínimo 12 meses.	633634	Unidade	120	R\$ 508.078,53	R\$ 60.969.423,60
Subtotal dos itens de Pá-Carregadeira							R\$ 578.696.972,80
11	Centro- Oeste	Motoniveladora - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com motor a Diesel/Biodiesel, potência mínima de 150 HP, com no mínimo 2.200 RPM; Peso operacional mínimo de 13.000 kg; Com cabine fechada com ar condicionado e certificada ROPS/FOPS; Com transmissão direta ou conversor de torque com no mínimo 9 marchas somadas a frente e a ré; Radiadores com hélice, com lâmina mínima de 3,6m; Riper traseiro com no mínimo 5 dentes; Garantia de no mínimo 12 meses.	633633	Unidade	200	R\$ 1.010.518,11	R\$ 202.103.622,00
12	Nordeste	Motoniveladora - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com motor a Diesel/Biodiesel, potência mínima de 150 HP, com no mínimo 2.200 RPM; Peso operacional mínimo de 13.000 kg; Com cabine fechada com ar condicionado e certificada ROPS/FOPS; Com transmissão direta ou conversor de torque com no mínimo 9 marchas somadas a frente e a ré; Radiadores com hélice, com lâmina mínima de 3,6m; Riper traseiro com no mínimo 5 dentes; Garantia de no mínimo 12 meses.	633633	Unidade	360	R\$ 734.755,44	R\$ 264.511.958,40
13	Norte	Motoniveladora - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com motor a Diesel/Biodiesel, potência mínima de 150 HP, com no mínimo 2.200 RPM; Peso operacional mínimo de 13.000 kg; Com cabine fechada com ar condicionado e certificada ROPS/FOPS; Com transmissão direta ou conversor de torque com no mínimo 9 marchas somadas a frente e a ré; Radiadores com hélice, com lâmina mínima de 3,6m; Riper traseiro com no mínimo 5 dentes; Garantia de no mínimo 12 meses.	633633	Unidade	380	R\$ 976.367,79	R\$ 371.019.760,20
		Motoniveladora - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com motor a Diesel/Biodiesel, potência mínima de 150 HP, com no mínimo 2.200 RPM; Peso operacional mínimo de 13.000 kg; Com cabine fechada com ar condicionado e					

14	Sudeste	certificada ROPS/FOPS; Com transmissão direta ou conversor de torque com no mínimo 9 marchas somadas a frente e a ré; Radiadores com hélice, com lâmina mínima de 3,6m; Riper traseiro com no mínimo 5 dentes; Garantia de no mínimo 12 meses.	633633	Unidade	140	R\$ 680.588,33	R\$ 95.282.366,20
15	Sul	Motoniveladora - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com motor a Diesel/Biodiesel, potência mínima de 150 HP, com no mínimo 2.200 RPM; Peso operacional mínimo de 13.000 kg; Com cabine fechada com ar condicionado e certificada ROPS/FOPS; Com transmissão direta ou conversor de torque com no mínimo 9 marchas somadas a frente e a ré; Radiadores com hélice, com lâmina mínima de 3,6m; Riper traseiro com no mínimo 5 dentes; Garantia de no mínimo 12 meses.	633633	Unidade	120	R\$ 920.442,33	R\$ 110.453.079,60
Subtotal dos itens de Motoniveladora							R\$ 1.043.370.786,40
16	Centro- Oeste	Escavadeira hidráulica de esteira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com potência mínima de 99 HP, motor Diesel/Biodiesel, turbo e intercooler; Com peso operacional mínimo de 17.500 Kg; Painel com no mínimo 05 modos de trabalho, com no mínimo 01 modo para economia de combustível; Cabine ROPS fechada e equipada com ar condicionado; Caçamba com capacidade mínima de 0,80m³; Sapatas da esteira com largura mínima de 700 mm, braço de comprimento mínimo de 2,45m; Garantia de no mínimo 12 meses.	632304	Unidade	200	R\$ 744.705,76	R\$ 148.941.152,00
17	Nordeste	Escavadeira hidráulica de esteira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com potência mínima de 99 HP, motor Diesel/Biodiesel, turbo e intercooler; Com peso operacional mínimo de 17.500 Kg; Painel com no mínimo 05 modos de trabalho, com no mínimo 01 modo para economia de combustível; Cabine ROPS fechada e equipada com ar condicionado; Caçamba com capacidade mínima de 0,80m³; Sapatas da esteira com largura mínima de 700 mm, braço de comprimento mínimo de 2,45m; Garantia de no mínimo 12 meses.	632304	Unidade	360	R\$ 675.188,62	R\$ 243.067.903,20
18	Norte	Escavadeira hidráulica de esteira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com potência mínima de 99 HP, motor Diesel/Biodiesel, turbo e intercooler; Com peso operacional mínimo de 17.500 Kg; Painel com no mínimo 05 modos de trabalho, com no mínimo 01 modo para economia de combustível; Cabine ROPS fechada e equipada com ar condicionado; Caçamba com capacidade mínima de 0,80m³; Sapatas da esteira com largura mínima de 700 mm, braço de comprimento mínimo de 2,45m; Garantia de no mínimo 12 meses.	632304	Unidade	380	R\$ 760.200,72	R\$ 288.876.273,60
		Escavadeira hidráulica de esteira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com potência mínima					

19	Sudeste	de 99 HP, motor Diesel/Biodiesel, turbo e intercooler; Com peso operacional mínimo de 17.500 Kg; Painel com no mínimo 05 modos de trabalho, com no mínimo 01 modo para economia de combustível; Cabine ROPS fechada e equipada com ar condicionado; Caçamba com capacidade mínima de 0,80m³; Sapatas da esteira com largura mínima de 700 mm, braço de comprimento mínimo de 2,45m; Garantia de no mínimo 12 meses.	632304	Unidade	140	R\$ 688.546,37	R\$ 96.396.491,80
20	Sul	Escavadeira hidráulica de esteira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com potência mínima de 99 HP, motor Diesel/Biodiesel, turbo e intercooler; Com peso operacional mínimo de 17.500 Kg; Painel com no mínimo 05 modos de trabalho, com no mínimo 01 modo para economia de combustível; Cabine ROPS fechada e equipada com ar condicionado; Caçamba com capacidade mínima de 0,80m³; Sapatas da esteira com largura mínima de 700 mm, braço de comprimento mínimo de 2,45m; Garantia de no mínimo 12 meses.	632304	Unidade	120	R\$ 713.573,43	R\$ 85.628.811,60
Subtotal dos itens de Escavadeira Hidráulica							R\$ 862.910.632,20
21	Centro- Oeste	Trator agrícola - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Tração por pneus 4x4; Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel; Potência de 70 CV - 80 CV; Cabine fechada com ar condicionado; Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré; Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico; Direção assistida; Embreagem dupla; Freios de serviço a disco; Garantia de no mínimo 12 meses.	633632	Unidade	200	R\$ 189.910,79	R\$ 37.982.158,80
22	Nordeste	Trator agrícola - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Tração por pneus 4x4; Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel; Potência de 70 CV - 80 CV; Cabine fechada com ar condicionado; Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré; Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico; Direção assistida; Embreagem dupla; Freios de serviço a disco; Garantia de no mínimo 12 meses.	633632	Unidade	360	R\$ 177.769,86	R\$ 63.997.149,60
23	Norte	Trator agrícola - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Tração por pneus 4x4; Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel; Potência de 70 CV - 80 CV; Cabine fechada com ar condicionado; Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré; Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico; Direção assistida; Embreagem dupla; Freios de serviço a disco; Garantia de no mínimo 12 meses.	633632	Unidade	380	R\$ 189.807,09	R\$ 72.126.694,20

24	Sudeste	Trator agrícola - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Tração por pneus 4x4; Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel; Potência de 70 CV - 80 CV; Cabine fechada com ar condicionado; Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré; Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico; Direção assistida; Embreagem dupla; Freios de serviço a disco; Garantia de no mínimo 12 meses.	633632	Unidade	140	R\$ 188.938,85	R\$ 26.451.439,00
25	Sul	Trator agrícola - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Tração por pneus 4x4; Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel; Potência de 70 CV - 80 CV; Cabine fechada com ar condicionado; Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré; Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico; Direção assistida; Embreagem dupla; Freios de serviço a disco; Garantia de no mínimo 12 meses.	633632	Unidade	120	R\$ 181.466,48	R\$ 21.775.977,60
Subtotal dos itens de Trator Agrícola							R\$ 222.333.418,40
Total da Aquisição							R\$ 3.190.849.562,40

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues com identidade visual do Programa de Aquisição de Máquinas Agrícolas - PROMAQ em local visível, vide anexo com parâmetros técnicos a serem observados.

1.2.1.1. A identidade visual deve ser confeccionada por pintura, em material de alta durabilidade e resistência a intempéries, como sol, chuva e variações de temperatura, garantindo que a identificação permaneça legível e intacta por um longo período, sem descolar, desbotar ou deteriorar.

1.2.1.2. A aplicação da identidade visual é de responsabilidade da contratada.

1.2.2. Os equipamentos devem ser entregues com um dispositivo de rastreamento GPS instalado e funcional, cujo monitoramento deverá ser custeado pela licitante pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

1.2.2.1. O rastreador deve ser compatível com qualquer sistema de monitoramento via internet, sem restrição de marca ou protocolo de comunicação, permitindo a integração com diferentes plataformas e garantindo a visualização da localização em tempo real.

1.2.2.2. A contratada é responsável pela instalação, configuração e fornecimento das credenciais de acesso para a gestão dos dados de localização.

1.2.3. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas tolerando desvio ou exceções aos requisitos técnicos com variações de até 10% (para menos), na forma solicitada no Termo de Referência, abaixo:

- Potência máxima do motor (não aplicável aos tratores, visto que a variação de potência já está fixada na tabela acima);
- RPM (rotações por minuto);
- Quantidade de marchas;
- Peso operacional Mínimo;
- Volume do tanque de combustível;
- Capacidade de caçamba.

1.2.4. Os fornecedores deverão disponibilizar treinamento para operação dos equipamentos.

1.2.4.1. O treinamento deverá conter o mínimo de 4h aula.

1.2.4.2. O treinamento poderá ser realizado à distância de forma assíncrona.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do fornecedor, nos termos contratados.

1.4.2. Os quantitativos da ARP poderão ser renovados quando de sua prorrogação, desde que seja comprovada a vantagem e mantida o planejamento da contratação.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A estimativa para cada item, segue na tabela acima.

1.7. A opção pela contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se justifica por tratar de objeto que, por suas características, gerará a necessidade de contratações frequentes com entregas parceladas, para atendimento às demandas dos convenientes junto ao MAPA, em consonância com o disposto no Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

1.8. A adoção do Pregão Eletrônico visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

1.8.1. O intervalo de lance mínimo é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a cobertura de lance.

1.9. Evidencia-se, ainda, a ampliação da viabilidade técnica e econômica para a Administração Pública do apoio da solução mais viável anteposta.

1.10. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023.

1.11. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstra o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.12. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

1.13. A Ata de Registro de Preços balizará demais informações para os Órgãos e as Entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal não participantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00396895000125-0-000042/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 04/09/2025;

III) Id do item no PCA: 1 a 5;

VI) Classe/Grupo: 2420 - TRATORES SOBRE RODAS/ 3805 - EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTAÇÃO E ESCAVAÇÃO DE TERRA/ 3810 - GUINDASTES E ESCAVADEIRAS;

V) Identificador da Futura Contratação: 130005/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico ou biodegradável;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens façam uso de embalagens e filmes protetores biodegradáveis.

4.2. Por fim, a aquisição que envolve a utilização de veículos automotores determina-se:

4.2.1. Preferencialmente, será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável;

4.2.2. Limites máximos de ruídos e emissão de poluentes para veículos automotores nacionais e importados com a respectiva providência;

4.2.3. Só será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam a Licença para Uso da Configuração. de Veículo ou Motor ("LCVM") fase de atendimento **MAR - I**;

4.2.4. No momento da habilitação, o adjudicatário deverá apresentar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") emitida pelo Ibama que evidencie ao atendimento às fases exigidas do PROCONVE”;

4.2.5. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242 /1998 e legislação superveniente e correlata, sendo possível à Contratante buscar, ou exigir do Contratado, a devida comprovação, a exemplo de solicitar ao IBAMA que informe a eventual existência de Ordem de Suspensão da Comercialização prevista no art. 11 da Resolução CONAMA nº 1, de 11 de fevereiro de 1993;

4.2.6. No momento da habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido não contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal”, como, por exemplo, as seguintes listadas: CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;

4.2.7. O licitante vencedor, para a execução contratual, deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas;

4.2.8. O licitante vencedor, para a execução contratual, deverá atestar a existência, na região em que se sagrou vencedor – por declaração emitida pelo fabricante preferencialmente assinada por ele digitalmente com seu certificado digital (e-CNPJ) – de distribuidor autorizado de peças e prestador autorizado de assistência técnica com estrutura física, estoque de peças, ferramental, veículos e mão-de-obra qualificada disponíveis para a prestação de serviço de assistência técnica durante a garantia (8 2º, artigo 47, cumulado com inciso II, artigo 67, da Lei nº 14.133/2021), contendo: CNPJ, razão social, endereço, município, UF, telefone, e-mail, natureza da prestação (peças/serviços/ambos).

4.3. Para fins de comprovação de práticas de sustentabilidade, na fase de habilitação o licitante vencedor apresentará:

4.3.1. Declaração formal de atendimento aos requisitos de sustentabilidade definidos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.

4.3.2. Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.

Subcontratação

4.4. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.4.1. A subcontratação fica limitada exclusivamente à instalação de acessórios e itens necessários ao funcionamento desse acessório.

4.5. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.6. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.6.1. Instalação de acessórios e itens necessários ao funcionamento desse acessório, como equipamento de geolocalização;

4.6.2. Capacitação assíncrona com duração mínima de 4h sobre a operacionalização das máquinas;

4.6.3. Aplicação da identidade visual (Selo PROMAQ) que deverá ser realizada por pintura, utilizando técnica que assegure a aderência e a visibilidade do selo de forma permanente.

4.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será juntada aos autos do processo correspondente para efeito de registro na instrução processual.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.10. O Contratado está previamente autorizar a realizar as subcontratações, sem exclusão de sua responsabilidade, desde que observado os itens de 4.4. a 4.9.

Garantia da contratação

4.11. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.12. Em razão das peculiaridades dos bens e equipamentos a serem adquiridos, em função da destinação da contratação que se pretende para atendimento da política pública, bem como dos levantamentos de mercado então realizados, que conforme pode ser verificado no Relatório de cotação de preços e Planilha Comparativa de Preços identifica-se que não há itens e/ou equipamentos com valor total abaixo de R\$ 80.000,00 não foram aplicados a cota de 25% para a contratação de microempresa e empresas de pequeno porte para todo esse Sistema de Registro de Preços – SRP, de máquinas pesadas.

Margem de Preferência

4.13. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890 /2024, conforme disposto na RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, em remessa única, podendo ser prorrogada em mais 45 (quarenta e cinco) dias, mediante justificativa fundamentada e aprovada pela comissão de recebimento.

5.1.1. A visita técnica para a entrega dos bens deverá ocorrer no local indicado em 5.3. no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

5.1.2. Se a visita técnica não ocorrer no prazo indicado acima, a visita técnica deverá ocorrer em até 10 (dez) dias e poderá ser realizada em outra localidade, caso o bem tenha sido movimentado.

5.1.3. Mediante justificativa dada pelo Contratado e acolhida pela Contratante, as visitas técnicas citadas acima poderão ser substituídas por declaração formal assinada pelo responsável técnico da contratada quanto ao conhecimento pleno das condições e peculiaridades técnicas da entrega e do seu local.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.1. À Administração Pública é reservada a prerrogativa de, analisando a justificativa comunicada pela empresa, conceder uma única vez prazo adicional para entrega dos bens de até 45 (quarenta e cinco) dias.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços listados abaixo ou no raio de até 300 km dos seguintes endereços:

Sigla do Estado	Endereço de entrega
AC	Rodovia AC-40, 793, Segundo Distrito - CEP 69901 180 - Rio Branco/AC
AL	Av. Fernandes Lima, 72, Bairro Farol – CEP 57050 900 - Maceió/AL
AM	Rua Maceió, 460, Adrianópolis - CEP 69057 010 - Manaus/AM
AP	Rua Tiradentes, 469, Bairro Central – CEP 68906 380 - Macapá/AP
BA	Largo dos Aflitos s/nº, Edifício Ceres – CEP 40060 030 - Salvador/BA
CE	Avenida dos Expedicionários, 3442, Benfica - CEP 60410 410 - Fortaleza/CE
DF	SBN Q. 01, Bloco D, 5º andar, Palácio do Desenvolvimento - CEP 70057 900 - Brasília/DF
ES	Av. Adalberto Simão Nader, 4531, Mata da Paria - CEP 29066 910 - Vitória/ES
GO	Praça Cívica 100, 3º andar – CEP 74003 010 - Goiânia/GO
MA	Praça da República, 147, Bairro Diamante – CEP 65-020500 - São Luís/MA
MG	Av. Raja Gabaglia, 245, Cidade Jardim - CEP 30380 103 - Belo Horizonte/MG
MS	Rua Dom Aquino 2696, Centro - 79002 970 - Campo Grande/MS
MT	Alameda Dr. Annibal Molina s/nº, Ponte Nova – CEP 78115 901 - Várzea Grande/MT
PA	Av. Almirante Barroso, 5384, Castanheira – CEP 66645 250 - Belém/PA
PB	Rodovia BR 230, Km 14, Estrada João Pessoa/Cabedelo – CEP 58310 303 - Cabedelo/PB
PE	Av. General San Martin. 1000. Bonji/Cordeiro – CEP 50630-065 - Recife/PE
PI	Rua Taumaturgo de Azevedo, 2315 – CEP 64001 340 - Teresina/PI
PR	Rua José Veríssimo, 420, Tarumã – CEP 82820 000 – Curitiba/PR
RJ	Av. Rodrigues Alves, 129, Praça Mauá, 8º andar – CEP 20081 250 - Rio de Janeiro/RJ
RN	Av. Hildebrando de Góis, 150, Bairro Ribeira – CEP 59010 700 - Natal/RN
RO	BR 364, Km 5,5 sentido a Cuiabá – CEP 7681500 - Porto Velho/RO

RR	Av. Santos Dumont, 591, Bairro São Pedro – CEP 69306 680 - Boa Vista/RR
RS	Av. Loureiro da Silva, 515, Centro Histórico, 6º andar, SALA 602, Sala 701 – CEP 90010 420 - Porto Alegre/RS
SC	Rua João Grumiché, 117 – Kobrasol - CEP 88102-600 - São José/SC
SE	Av. Doutor Carlos Sirpo, 428, Bairro Industrial – CEP 49065310 - Aracaju/SE
SP	Rua 13 de Maio, 1558, 10º andar, Bela Vista – CEP: 01.327-002 - São Paulo/SP
TO	Av. NS 1 201 Sul, Conj. 2, lote 07 – CEP 77.015-202 Palmas/TO

5.4.1. A Contratada e a Contratante poderão ajustar a entrega no município aderente, desde que haja comum acordo, não podendo ocorrer cobrança de pagamento adicional, nem prejuízo à realização da entrega técnica nos termos exigidos.

5.4.2. Quando o objeto for adquirido diretamente pelo MAPA (modalidade de aplicação direta), com empenho e ordem de fornecimento expedida pelo próprio MAPA, a Nota Fiscal – NF deverá ser emitida para Brasília – DF, considerando que o gestor do crédito está sediado nesta cidade.

5.4.2.1. Quando o objeto for adquirido diretamente pelo conveniente (modalidade de aplicação indireta), com empenho e ordem de fornecimento expedida pelo próprio conveniente, a Nota Fiscal – NF deverá ser emitida para o respectivo conveniente, vez que este será o gestor do crédito orçamentário.

5.4.2.2. Na primeira modalidade (aplicação direta), em que pese a emissão da Nota Fiscal ser realizada em Brasília – DF, a entrega do bem deverá ocorrer no município a ser indicado na Ordem de Fornecimento, respeitadas a classificação do resultado de julgamento do certame e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

5.4.2.3. O fornecedor deverá considerar todos os custos envolvendo a entrega do objeto em todos os municípios da região para o qual lograr êxito no certame, tais como fretes, impostos, taxas e documentações necessárias à circulação e trânsito da carga até o seu local de entrega.

5.4.3. Havendo agrupamento de itens por região, a Administração Pública poderá indicar qualquer SFA dos Estados abrangidos por aquela região.

5.4.4. A emissão de quaisquer documentos fiscais necessários ao trânsito dos bens, inclusive Conhecimento de Transporte, é de responsabilidade exclusiva do contratado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, já incluindo neste a garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.17. No momento da habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar declaração formal que comprove que o fabricante dispõe de assistência técnica autorizada em todos os Estados que compõem a região para a qual os bens serão destinados. A declaração deverá constar com registro que há instalações físicas adequadas, estoque de peças de reposição e mão de obra qualificada, que assegure a prestação dos serviços de assistência técnica durante o período de garantia, nos termos do § 2º do art. 47, combinado com o inciso II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

5.17.1. O fabricante e/ou distribuidor autorizado deverá dispor, em todos os Estados que compõem a região para a qual os bens serão destinados, de equipe qualificada para suporte e manutenção das máquinas comercializadas, bem como de estoque de peças e plena execução dos serviços de manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia de fábrica.

5.18. O distribuidor ou a assistência técnica autorizada deverá ter experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços de assistência técnica da marca ofertada, sendo aceito a apresentação do contrato de distribuição e/ou de representação não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços Amplo ao Produtor do IBGE – Máquinas e Equipamentos (IPP/IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da pesquisa de preço, realizada em 05/12/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, Índice de Preços Amplo ao Produtor do IBGE – Máquinas e Equipamentos (IPP/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1 O licitante deverá apresentar catálogo técnico atualizado do produto ofertado, emitido pelo fabricante, contendo descrição detalhada e especificações técnicas, com características necessárias à verificação da conformidade com o objeto da licitação.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.25. Caso o fornecedor apresente propostas para mais de um item, deverá comprovar patrimônio líquido correspondente ao somatório dos valores dos itens em que vier a sagrar-se vencedor.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. O fornecedor deverá apresentar atestado(s) em seu nome, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos e/ serviços de modo a demonstrar a experiência do licitante na entre dos bens ou na prestação de natureza e complexidade similares ao objeto da licitação, na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo referente ao item para o qual o licitante se sagrar vencedor.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Atestado em favor do licitante (nominalmente identificado com razão social e CNPJ, matriz ou filial) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (inclusive associação de fabricantes regularmente instituída); ou;

9.30.1.2. Cópias de Notas Fiscais com descrições claras e inequívocas que permitam identificar a natureza e quantidade dos objetos faturados, com a operação fiscal de venda, observando que;

9.30.1.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30.1.2.2. Para fins de habilitação técnica, todos os itens licitados serão considerados semelhantes entre si.

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.30.5. No caso de revendedor ou distribuidor, o licitante deverá apresentar declaração do fabricante que o declare ser distribuidor autorizado pelo fornecimento de peças para manutenção, além do suporte técnico, durante todo o período contratual, de acordo com as condições exigidas pelo edital de licitação e seus respectivos anexos, das quais tem perfeito conhecimento, sem qualquer ônus adicional para o MAPA, de forma que assegure a execução do contrato.

9.31. Na esteira do Acórdão nº 2224/2024, do Plenário do E.TCU, o subitem 9.30.5 deste TR será interpretado no sentido de que: diz respeito à assistência técnica e correlatos, sendo incorreto entender que o licitante deva possuir autorização do fabricante para comercializar os produtos licitados; e o licitante e o revendedor/distribuidor autorizado não precisam ser necessariamente a mesma pessoa, inclusive para efeito do subitem 4.2.8 deste TR.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 3.190.849.562,40 (três bilhões, cento e noventa milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União no Ministério da Agricultura e Pecuária nos respectivos anos de contratação.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 09 de dezembro de 2025

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 09/12/2025 às 19:43:05.

RODRIGO DE LIRA VARELA RODRIGUES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 09/12/2025 às 19:35:03.

KETYANE EVELIN COSTA LIMA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 09/12/2025 às 20:02:08.

FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 09/12/2025 às 19:38:15.